

AS IDEIAS PEDAGÓGICAS MODERNAS E CONTEMPORÂNEAS NA FORMAÇÃO DO EDUCADOR

THE MODERN PEDAGOGIC IDEAS ARE CONTEMPORARY IN THE EDUCATOR'S FORMATION

Marcelo Manoel de Sousa

Minicurrículo

Mestrando em Educação pela Universidade do Vale do Sapucaí-UNIVÁS. Pedagogo da Universidade Federal do Piauí - UFPI. Coordenador do projeto: Aumento do desempenho em Cálculo dos bolsistas da PRAEC/Bom Jesus do PI. E-mail: manuelsousa1985@bol.com.br

RESUMO

As ideias pedagógicas no Brasil têm auxiliado os professores a se manifestarem contra ou de certas posições educacionais. Assim, este artigo pode ajudar na formação pedagógico/crítica dos profissionais da prática educativa causando impacto positivo nas salas de aulas à medida que possa contribuir na relação professor/aluno. Não obstante, pretende contribuir no desenvolvimento profissional do professor e a humanização dos processos em que interagem professores e alunos. Falar então de teorias pedagógicas Modernas e Pós-Modernas é estar entre o desenvolvimento histórico-crítico de um campo bastante fecundo como a educação. Contudo os resultados desta pesquisa encontra-se fundamentados na formação do educador e o aprendizado significativo do aluno.

Palavras-chave: Formação de Professores. Ideias pedagógicas. Relação teoria-prática. Aprendizagem significativa.

ABSTRACT

The pedagogical ideas in Brazil have helped teachers to demonstrate against or certain educational positions. Thus, this article can help in pedagogical training / educational criticism of the practice of Professional causing positive impact in the classroom as they can contribute to the teacher / student relationship. However, plans to contribute to the professional development of the teacher

and the humanization of the processes in which teachers and students interact. Then talk about pedagogical theories Modern and Post-Modern is to be among the historical-critical development of a very fruitful field such as education. However, the results of this research lies grounded in teacher education and the significant student learning.

Keyword: Teacher Education. Pedagogical ideas. Theory-practice relationship. Significant learning.

INTRODUÇÃO

As ideias pedagógicas principalmente no Brasil não tem tido muita importância ou estudos sistemáticos a seu respeito. A importância de se tratar desse aspecto da cultura se torna imprescindível à medida que permite compreender melhor as teorias e correntes que atravessam as práticas educativas nos sistemas educacionais brasileiro.

No Brasil inicialmente foi-se tomando de conta ideais altamente conservadores observados nas práticas pedagógicas dos jesuítas até o advento da revolução francesa. Aos poucos por conta de novas demandas foi-se dando lugar a pedagogia laica menos voltada para o mundo religioso e humanístico.

Com o passar dos tempos esse ideal humanístico vai deixando de ser preponderante, a partir de novas críticas a esse modelo de formação considerado elitista. A crítica a essas as correntes que sustentava esse modelo foi concebendo a formação como algo que pudesse dar ao alunado mais liberdade e autonomia para desenvolver seu próprio conhecimento. Não mais se apropriar de conhecimentos já prontamente a ser transmitidos, mais buscar o inédito, o vir a ser. Portanto eram práticas que concebiam o mundo de modo a não deixar margem a uma visão mais abrangente.

As teorias posteriores a esse evento histórico são aquelas que deram espaço para que o pensamento pudesse compreender a realidade de um modo mais complexo, mutável, dificilmente transponível, dialético. Pois, convida os sujeitos a perspectivar o mundo dentro de uma visão em que convive os opostos, global e local, simples e complexo, indivíduo e sociedade sempre dentro de complexas relações. Desse modo, o interesse nesse artigo é mostrar que as ideias pedagógicas no Brasil passou de um modelo simples para um mais abrangente e complexo por conta das correntes e teorias que não pararam de serem produzidas na busca da transformação da formação escolar.

TEORIAS PEDAGÓGICAS MODERNAS

As pedagogias tem sido desenvolvidas à medida em que foram se fazendo necessárias na formação dos indivíduos sempre com objetivos e conteúdo mais ou menos bem definidos. No Brasil há a existência de muitas teorias e correntes filosóficas permeando suas práticas pedagógicas. As teorias modernas são aquelas que mais deram ênfase a uma formação humanística, e quando se quer reportar a elas sempre é possível lembrar dos ensinamentos jesuítas.

A história da educação no estado brasileiro tem atravessado os tempos com mais manutenção da ordem vigente, que transformações substantivas de uma instrução de qualidade para todos. A partir dos jesuítas é que começa o processo de instrução do povo brasileiro. Em 1534 Inácio de Loiola funda em Paris a companhia de Jesus, esta seria uma tentativa de manter a Igreja Católica como instância primordial a que todos deveriam seguir, reconhecida em 1540 pelo Papa, Luzuriaga (1990, p.118). Com isto, em 1549 é expedida para as novas terras recém descobertas seis padres com a finalidade de catequisar e difundir a fé na igreja católica aos selvagens (LARROYO, 1974, p. 883).

Com a chegada dos padres jesuítas foram construídas em seguida escolas predestinadas ao ensino das humanidades que ligavam os povos a religiosidade. Segundo o autor citado, os jesuítas

tinham plano de ação e pretendiam agir dentro de parâmetros previamente elaborados. Para tanto, Loiola criou a chamada *Ratio Studiorum*, que seria um plano de ação, e neste continha as disciplinas a serem ministradas, assim como os procedimentos a serem tomados na educação dos primitivos. De acordo com seus métodos a dúvida não era possível, o questionamento era freado e o novo repugnado com severidade. Neste caso, “se a igreja decidisse que o branco era preto, o dever de seus filhos era acreditar”. Na Madre Igreja a disciplina e obediência são princípios que não se questiona.

O pensamento forjado nas mentes dos seguidores dessa Companhia era baseado no pensamento de São Tomás de Aquino. “Quem pertencesse à ordem e não seguisse São Tomás ou demonstrasse por sua obra pouco zelo, deveria ser afastado do magistério”. Assim, estava estabelecido a referência básica filosófico-religiosa, que por sua vez, seguida de punições aos que tentasse incorporar uma vírgula ao texto original.

Esboçado o pensamento religioso desse movimento, não obstante, é preciso ressaltar que as ideias jesuíticas não se encontravam gratuitos, ou aleatórios não só no Brasil, mas também, em outros países europeus, como Portugal, França entre outros, no intento de diminuir a influência que aos poucos iam se propagando, da reforma luterana. Eis aí, um dos primordiais motivos a que se deve a vinda dos primeiros professores jesuíticos para o Brasil. Com efeito, Larroyo, escreve que a intenção era arregimentar novos cristãos, “recuperar um pouco do terreno perdido pela Igreja, em virtude da fundação da Igreja Luterana”. Porém, como já colocado, a obra desses homens de fé atravessou do Oriente ao Ocidente.

Esse quadro mostra o início de tantas outras facetas e percursos experienciados com a chegada dos jesuítas. Os seis primeiros padres eram chefiados por Manoel da Nobrega, este era conhecido pelo seu conhecimento político. Fundou a primeira escola na Bahia, tendo como mestre-escola Vicente Rodrigues, o primeiro homem a lecionar no território brasileiro. A partir daí foram construídas novas escolas em vários lugares desse território tudo que os auspícios de livrar as almas da escuridão que estavam o povo dessa terra. Muitos outros padres jesuítas vinheram ao Brasil em consequência do aumento da influência da igreja e difusão de ideais espirituais aos povos que aqui estavam. Dentre os mais conhecidos estão depois de Nóbrega, Pe. José de Anchieta, que foi o primeiro professor de ensino secundário com vários feitos e posse de cargos importantes que visavam a imposição ideológica da igreja católica. Dado importante deste tempo é o que indica que o primeiro bacharel ou licenciado no Brasil tem sido contemplado desde 1575. Esses cursos eram voltados para a filosofia teologia ou Artes.

Segundo Larroyo, esses padres conviveram com as mais diversas formas de brutalidade para que se conseguisse transformar a cultura vigente. Isso deixa entrever a resistência enfrentada pelos nativos em prol da manutenção de sua cultura. Não só dos índios, mas negros e senhores de engenho que aqui se encontravam à chegada dos desbravadores da fé. Esses estavam preocupados mesmos era com a formação “moral e intelectual dos indivíduos”. As riquezas materiais almejadas por outras bandeiras não eram seu foco. O importante era salvar as almas das criaturas.

Os jesuítas a partir de sua chegada conquistou espaço considerável conseguindo educar os filhos dos nobres por meios religiosos, fundaram grande estrutura impositiva que não encontravam mais resistências às almas furiosas de serem conquistadas. O problema é que o fundo eminente de referência da educação jesuíta estava na pura e simples moralização religiosa dos indivíduos. Porém, com o passar do tempo a estabilidade se encontrava seu apogeu.

Contudo, no final do séc. dezoito, o governo provincial começou a se preocupar com o ensino que era dado pelos jesuítas. Começava a esboçar desconfiança ao conhecimento que era trabalhado como os meninos e meninas. Constituiu, por isso, uma comissão de professores denominando cada um dos professores de ministro das letras. Isto só foi possível devido a uma

queixa da câmara pelos oficiais que levaram até o Rei do controle e forma como alguns jesuítas lecionavam. A partir de então, todo assunto importante a respeito da educação deveria passar pelos ministros.

De acordo com Larroyo, isso ocorria não porque a instrução dos povos seriam observadas com bons olhos e necessário. O governo provincial nunca despertou interesse na propagação de um ensino para todos. Mas, todavia, de acordo com Branca Fialho citado por Larroyo começava a iniciar uma consciência de instrução e desenvolvimento na colônia. E isso, dava ensejo a muitas buscas que nem sempre teve êxito. Tudo indica que Portugal por meio das iniciadas celeumas entre os povos brasileiro, tinha receio que o Brasil tentasse reivindicar independência. Tanto que, em 1747, a primeira tipografia foi fechada por ordem advinda da metrópole. Entre outras iniciativas oficiais para manter a dependência o governo geral, estava sempre atento a compressão da nação e sendo hostil a instrução pública. Larroyo pondera que esses aspectos seriam funcionais para que a metrópole pudesse continuar mantendo a colônia como dependente.

Com os jesuítas no comando da instrução, com seus ideais catequéticos-humanistas junto ao início do levantamento de consciência nacional, o Brasil estava preste a passar por novas transformações. O problema que começou a ser levantado com os jesuítas é que seu ensino não instruía o homem para si, mas sim para Deus. A vida prática estava fora de cogitação dos planos jesuíticos. Mas a questão da sobrevivência humana era algo a ser pensada pelo viés educativo. “Faltava, como em geral nos colégios humanistas, o ensino da língua vernácula e das ciências físico-naturais” Luzuriaga (1999, p. 119).

Ainda: este autor assinala que a educação jesuítica careceu de um trato do sentido humano “terreno, da independência de pensamento, da função crítica, investigadora, alheia a qualquer imposição”. Todavia, o dogma, a doutrina conservadora das tradições religiosas foi o que se teve como foco principal. Parece ser aí o ponto principal da crítica ao modelo de instrução desse período. Nesta educação o pensamento independente não era possível, não podia tolerar a criatividade pessoal, ao aluno era lícito a receptividade passiva, a conduta subserviente, “a conduta dos alunos era, assim, algo de exterior e artificioso, sem espontaneidade nem naturalidade” Luzuriaga (1999, p. 121). Esses aspectos contribuíram para que a metrópole fosse conduzindo novos rumos ao ensino mais conforme a ordem do mercado internacional que aos poucos tocava na economia portuguesa.

Portugal ainda no séc. dezoito começou a passar por forte crises econômicas. Se comparado a outros países europeus se encontrava num patamar muito aquém considerando sua localização e geografia estratégica. Esta situação do país metropolitano não condizia com a estabilidade conquistadas pelos jesuítas no Brasil.

Em meados do século XVII, os jesuítas desfrutavam, no Brasil, de situação invejável. Estavam no ápice. Na Europa, contudo, a Companhia de Jesus era severamente atacada. Acusavam-na de ambição, pela riqueza; de controlar os governos, de acordo com os seus interesses e de dedicar-se a atividades estranhas ao Evangelho e à Educação (LARROYO, 1974, p. 890).

No Brasil a conquista estava garantida, mas como se pode observar, na sede nada ia bem. O desvio dos novos jesuítas incomodava os governos europeus, pois os ideais Loiolianos pareciam estarem à distância dos novos interesses da Companhia nas novas administrações. Foi tão grave os rumos que ia seguindo Portugal que em 1759 o Ministro do Império de D. José I, Marquês de Pombal enfrentou medidas severas com relação à posse conquistada pelos jesuítas. Acusados de manter o território português em processo contínuo de ruína com sua pedagogia moral e religiosa o único apelo foi a expulsão de todo território do Império.

Com a saída dos jesuítas do território brasileiro o local fica esvaziado de uma educação mais sistemática. O mesmo autor citado diz que do Brasil foram os jesuítas em silêncio e resignados partido da Bahia nada menos que 124, 53 de Pernambuco, 199 do Rio de Janeiro e 133 do Pará. Ficando apenas em pé aquelas escolas de caráter religiosa que não tinha ligação direta com a Companhia de Jesus. “Era a guerra contra a *Ratio Studiorum*” fazendo com que a desterritorialização jesuítica deixasse o espaço livre para os novos tempos. O ensino livresco não era mais de validade para a educação que se arvorava por conta das demandas industriais que vinha ganhando espaço nos países da Europa. Atingindo diretamente Portugal.

Com as iniciativas do Marquês de Pombal as obras dos jesuítas ficaram paralisadas. O problema é que a crítica a tais ações direcionaram no sentido de observar que a reforma ou alterações no sistema já estabelecido não havia um projeto educativo para ocupar o despojo deixado para trás. Assim, o que a educação livresca e intelectual não era mais suficiente, mas também não ter educação nenhuma era outro empecilho para transformar o território brasileiro numa civilização. Apesar de que isso não era o ideal. Segundo Fernando de Azevedo citado por Larroyo (1974) “o que nos veio não foram propriamente reformas [...], mas uma série incoerente de medidas tardias e fragmentárias, com que, em 1759 e 1772, o governo da metrópole se pôs a talhar, na massa inerte da sociedade colonial”.

Fica evidente que o obscurantismo era a palavra de ordem em que viviam o povo brasileiro. Como diz Larroyo, como se pode querer modificar com decretos e outros meios normativos uma realidade que foi arraigada no período de 210 anos. A reforma pombalina foi ousada nesse ponto, pois não se altera uma estrutura sem condições necessários tanto em termos de tempo como economicamente posto. O mesmo autor ainda assevera que foi tentado propagar o ensino primário e secundários, porém sem sucesso, com um currículo estruturado em gramática latina, aulas de grego e retórica nada muito distante da instrução jesuítica.

O método pombalino estava centrado nas aulas régias que aplicado nas escolas brasileiras não estavam tendo êxito. Ao frequentar as escolas os meninos com doze anos de idade eram capturados para servir à segurança do território ao livre arbítrio. As escolas funcionavam em péssimas condições com professores sem formação adequada.

No final do séc. dezoito Napoleão Bonaparte e seu império passa a desbravar novos territórios e ameaça invadir Portugal fato que ocorreu em 1808. Fato que ocasionou a vinda de D. João VI para o Brasil trazendo sua corte e um pouco de luz para o território que vivia desde 1549 a 1759 em pleno descompasso com o conhecimento prático.

Com a chegada da corte portuguesa ao Brasil foram construídas escolas em lugares estratégicos. Banco do Brasil, cursos de direito, medicina, entre outras modalidades de formação em nível superior. Foi ainda, fundada a biblioteca real com mais de 60.000 livros. Imprensa que trabalhou ativamente na divulgação de escritos dos autores que começavam a despontar. Nesse tempo, alguns filhos dos latifundiários puderam viajar para outros países principalmente europeu estudar nas Universidades de Coimbra isto porque segundo Larroyo esta tinha sido de fato reformada.

Nesse período da estada da corte real no Brasil foram empreendidas algumas formas de ensino mais organizada, porém sem sucesso. Surgindo com o General Francisco de Borja Garção Stokler, “o primeiro plano da história da Educação no Brasil”, que pretendia sistematizar conteúdos num currículo bastante abrangente.

- 1- Ensino ministrado aos Pedagogos – grau elementar.
- 2 – Ensino nos institutos – de grau mais elevado que o dado aos Pedagogos, prevendo ensinamentos fundamentais para agricultores, artistas, operários e comerciantes.
- 3 – Ensino nos Liceus – conhecimento científico básico para

AS IDEIAS PEDAGÓGICAS MODERNAS E CONTEMPORÂNEAS NA FORMAÇÃO DO EDUCADOR

introdução ao estudo aprofundado da Literatura, das Ciências e de todo gênero de erudição. 4 – Ensino nas academias – abrangendo o estudo das Ciências Abstratas, da teoria aplicação dessas ciências e as Ciências Morais e Políticas.

Tal plano jamais podia sair do papel, pois como diz Larroyo, a intenção sempre foi manter a colônia ao jugo da metrópole. Com um plano de estudo desse naipe poderia levar a população à consciência e querer desmembrar o Brasil dos domínios português. Atitude que se foi caminhando a passos lentos até chegar esse momento. De qualquer forma o modelo do Gal. Stokler não podia dar certo, pois a estrutura encontrada no Brasil não comportava o modelo inspirado na realidade francesa. Isto porque, segundo o mesmo autor o programa apresentado acima foi baseado no plano apresentado por Condorcet na assembleia legislativa da França em 1792. Aliás, todos os planos pretensamente voltados para a instrução do povo brasileiro sempre teve cunho internacional como se pode observar no sinóptico da história da pedagogia no Brasil.

Com a independência conquistada em 1822 pode o povo brasileiro sonhar com melhorias educacionais, ou seja, a difusão da educação para o povo como critério de ascensão social. Mesmo que isto fosse de interesse geral da população mais carente não podia ser aprovado tal projeto, pois o Brasil nunca esteve em posição de possibilitar tal empreendimento. Segundo Larroyo (1974, p. 897), mesmo com a derrota dos tradicionais altivando os liberais nada mudou de significativo na estrutura da educação brasileira.

No entanto, nunca faltou decretos e projetos assinados para que a educação tomasse impulso e deslanchasse como elemento transformador da sociedade. Assim escreve Larroyo, “um grande número de projetos foi apresentado, revelando grande preocupação pela educação”. O problema era as condições materiais para fazer funcionar o amontoado de regras, normas, decretos e projetos voltados para o âmbito educacional. Em 1823 um ano após a proclamação da independência foi sancionado o decreto de “1º de maio de 1823”, que ratificava a instrução primária gratuita a todos cidadãos. O que não se estava entre as preocupações dos legisladores à época, era a questão dos critérios de aprendizagem teórico-prática.

Desse modo, quem fez frente metodologicamente à instrução foi o método lancasteriano. A instrução mútua era a entendida como sendo operante às condições do povo brasileiro. Era econômico e podia ser operacionalizado por um único professor para cada escola. Um preceptor poderia tomar de conta de 500 alunos de uma única vez, com ajuda de um aluno menos ignorante. Porém, com o passar dos tempos foi-se percebendo que tal método não conseguia atingir os interesses socioeconômico que estava aos poucos despontando no estado brasileiro. Em 1833 o ministro do Império “confessou que o método de Lancaster não estava dando os resultados que dele se esperava”. Algo que parecia tão ideal para os interesses dos nobres não prosperou deixando o espaço da educação mais uma vez a ser preenchido por um novo ideal educativo para a população.

Em 1854 é aprovado o “Decreto de 17 de fevereiro” que visou reformar os ensino secundário e primário que entendia, pois que os professores careciam de ser melhor formados. Assim como fiscalização oficial. Depois de diagnóstico em que nada ia bem com a educação brasileira. A instrução estava sem organicidade. O estado ausente descentralizando a administração deixando aos cuidados das províncias o ensino público. Com a república também não teve mudanças bastante significativa que fizesse a educação brasileira a tomar orientação organizada e um ensino eficiente. A exígua educação existente era focal mais próxima das terras do sul ao norte, enquanto o restante ficava à deriva por instrução. O povo brasileiro, segundo Larroyo nunca se acostumou com o ideário imperialista, assim como não tinha na ideia de república um conceito prático.

Após a primeira grande guerra mundial em 1914, foi que de modo geral veio a fazer com que o povo brasileiro tomasse consciência da importância real da educação na formação do povo. Vários países europeus tenderam a renovar suas estruturas pedagógicas. Entre vários autores de renome que estavam preocupados com o rumo da educação se encontra Dewey, Kilpatrick, Gentile entre outros. “Esse movimento mundial de restauração do homem pela educação atingiu o Brasil”. As pessoas saindo do campo para os bairros da cidade a procura de novas oportunidades de sobrevivência, aumento do parque industrial. Tudo isso propiciava o interesse na educação do povo.

A educação no terreno brasileiro nunca teve a organização precisa. A unidade baseada num fundamento teórico-prático que pudesse satisfazer as necessidades de um país que se encontrava na mais escuridão desde a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal. Segundo, Gadotti (1999, p. 230), “quase até o final do século XIX, nosso pensamento pedagógico reproduzia o pensamento religioso medieval”. Este autor ratifica, portanto, que não havia outro tipo de ensino a não ser o livresco, o retórico, entre outras matérias humanísticas totalmente despreocupadas com a instrução para a vida do homem, suprir suas condições de sujeito que experiência um mundo que exige de si ações práticas ao mesmo tempo que requisitos intelectuais. Melhor dizendo, a relação teoria-prática nunca foi foco de interesse da instrução jesuítica, que segundo colocado por Luzuriaga, atrasou o desenvolvimento tecnológico e científico do Brasil por 210 anos. Mas isso nunca foi superado.

Como diz Gadotti, o pensamento pedagógico brasileiro só começa ter autonomia com o desenvolvimento da escola nova. Liderada no Brasil por vários educadores especialistas, entre os mais importantes estava Anísio Teixeira, Francisco Campos, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho. Esses pensadores brasileiros deram impulso a uma pedagogia mais voltada para o mundo científico das práticas humanas. No intento de deixar para trás o tradicionalismo pedagógico medieval brasileiro implantou em alguns institutos fundados no Rio, São Paulo, Brasília disciplinas científicas como psicologia da educação, sociologia entre outras. Não obstante, Gadotti (1999, p. 230) escreve, “foi graças ao pensamento iluminista trazido da Europa por intelectuais e estudantes de formação laica, positivista liberal, que a teoria da educação brasileira pôde dar alguns passos, embora tímidos”.

Quando o autor se refere à timidez dos pressupostos da nova pedagogia trazida ao Brasil isto significa dizer que esta mesma forma de fazer educação não tinha interesse em modificar estruturalmente a sociedade pela instrução. O conhecido manifesto dos pioneiros da educação nova, que também foi assinado por 27 educadores, foi reconhecido como o primeiro “grande resultado político e doutrinário de dez anos de luta da chamada Associação Brasileira de Educação. Que tenderia a favorecer a criação de um Plano Nacional de Educação. A tão sonhada unificação do ensino brasileiro. Até que enfim, em 1938 funda-se o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) por Anísio Teixeira, como progresso de uma nova forma de fazer educação cria-se uma revista de caráter científico do conhecimento que se vinha produzindo na área pedagógica, a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (GADOTTI, 1999, p. 232).

Importa ressaltar, ainda, que somente a partir do século XIX é que se pode constatar um sistema educativo mais coerente. Desde a história da pedagogia na Grécia a educação não teve lugar de produção de ensino para todos. Mesmo porque como se constatou, a instrução sempre foi voltada para educar os meninos e meninas das camadas mais abastadas das sociedades. Portanto, eis um novo ponto de partida para a pesquisa em pedagogia por conta de novas necessidades em termos socioeconômicos.

As correntes modernas se fazem sentir desse arsenal de ideias que tem levado a existência das ideias acima tratadas como formação de uma elite por meio de conteúdos percebidos à formação

de uma elite e manutenção de uma ordem hierarquicamente forte entre senhores e escravos, até o advento de algumas teorias mais voltadas a liberdade e autonomia dos sujeitos. Assim as pedagogia Libertária e Libertadora estão nessa corrente das pedagogias ditas da modernidade em contramão as ideias que estão esboçadas acima direcionadas a uma formação religiosa e elitista.

TEORIAS PÓS-MODERNAS

As teorias pós-modernas são aquelas que estão de acordo com os acontecimentos mais atuais fazendo parte de um mundo mais globalizado, e ao mesmo tempo tendo que dar conta dos acontecimentos individuais e localizados. São correntes altamente comprometidas com a complexidade dos eventos e fenômenos sócio/políticos/culturais e econômicos.

O mundo para as correntes e teorias consideradas no arcabouço das ideias pós-modernas se encontra em constante transformações não podendo, desse modo, ser compreendido a partir de modelos estanques ou se quer por meio de uma única teoria. É o momento de ter um olhar mais abrangente, menos preconceituoso, mais solidário com outros pontos de vista e perspectivas que possam cada vez mais alargar os horizontes que se possa vislumbrar diante desse mundo que a todo tempo se mostra pronto para novas investidas em todos setores da vida social e cultural.

No interior desse mundo é que se possa conceber práticas pedagógicas voltadas a formação de sujeitos aptos a participarem do fluxo constante das mudanças advindas das apropriações globalizantes de todos os espaços sem restrições, isso ocorre, simplesmente por não ter referenciais predefinidos, é como se todos pudessem aprender com todos sem restrições. O multiculturalismo, a diferença o respeito mútuo, são palavras de primeira ordem nesse contexto.

As escolas atônitas com tais mudanças de paradigmas, resistem as mudanças ou não conseguem acompanhar as modificações e exigências desse mundo globalizando que requer uma formação integral capaz de colocar o sujeito em situação de respeito as diferenças e colaborar com a diminuição do preconceito, aumentando o poder de liberdade e autonomias de seus pares.

Para Libâneo (2005) os sujeitos que pretendem trabalhar com o desenvolvimento humano em âmbitos institucionais ou não podem desconhecer as exigências do mundo atual. as exclusões e práticas preconceituosas não podem passar despercebidas por aqueles que intentam trabalhar com práticas educativas. Viver num mundo considerado complexo é preciso não ter uma visão estreita de formação escolar. As correntes contemporâneas se voltam para compreender as práticas que possam desenvolver nos indivíduos noções que possam auxiliar os professores que vivem nesse tempo atual a desenvolver suas práticas de acordo com as demandas atuais. Pode-se dizer que é um mundo dialético, onde ainda convivem correntes pedagógicas que centra a visão pedagógica num conformismo positivista da realidade, e outras teorias e correntes que buscam compreender o mundo de modo a elevar as contradições e complexidades das certezas historicamente construídas. Estamos vivendo no mundo das incertezas, da dúvida, da busca, do desenvolvimento, da insegurança, da complexidade das coisas e experiências.

CONCLUSÃO

Esse artigo buscou mostrar que as ideias pedagógicas no Brasil passaram de um modelo simples para um mais complexo causando alterações substanciais nas experiências de formação no âmbito escolar. E que os sujeitos que pretendem se envolver com atividades educativas precisam conhecer o complexo arsenal de teorias e correntes pedagógicas que tem norteado as práticas educacionais para melhor se situarem no contexto da formação humana.

É preciso que as práticas pedagógicas sejam renovados para que possam acompanhar os progressos da realidade concreta. Isso não parece que foi conseguido em vários espaços de formação humana. Ou seja, foi constatado que o mundo atual é concebido como é grande fluxo de modificações nos vários setores da vida humana, mas ainda convive teorias e práticas tradicionais que mantêm uma estreiteza da formação humana.

A formação para a complexidade é fruto dos novos tempos. Não se pode mais compreender a realidade como algo estático e que não vive em fluxo constante. Isso quer dizer que as escolas precisam atualizar-se e a formação de professores precisam contemplar os estudos que permitam compreender o mundo em sua dialeticidade. As correntes tanto, modernas como as mais atuais podem ser observadas com maiores detalhes já na literatura educacional brasileira, dando espaço para que a formação humana se torne algo palpável para a complexidade do mundo.

REFERÊNCIAS

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. – 8ª ed. – São Paulo: Ática, 1999, 319p.

LARROYO, Francisco. **História geral da pedagogia**. 2ª ed. – São Paulo: Editora Mestre Jou, 1974.

LIBÂNEO, José Carlos. **As teorias pedagógicas modernas revisitadas pelo debate contemporâneo na educação**. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/T1SF/Akiko/03.pdf>. Acesso em: 09/07/2017.

LUZURIAGA, Francisco. **História da educação e da pedagogia**. – 18ª ed. v. 59 – São Paulo: Editora Nacional, 1990.